

ANÁLISE SEMIÓTICA DO DISCURSO DO ESCOLA SEM PARTIDO: A INTOLERÂNCIA PROFERIDA CONTRA O PROFESSOR¹

SEMIOTIC ANALYSIS OF THE DISCOURSE OF THE SCHOOL WITHOUT PARTY: THE INTOLERANCE MANIFESTED AGAINST THE TEACHER

Jonas Pereira Lima²

Luiza Helena Oliveira da Silva³

RESUMO

Este artigo apresenta análise semiótica da construção do discurso manifestado pelo movimento *Escola sem Partido* ao professor. Os estudos desenvolvidos no âmbito da semiótica discursiva revelaram que o sujeito do Escola sem Partido manifesta discurso intolerante quando impõe que o professor seja neutro em relação aos aspectos políticos, ideológicos, partidários, religiosos e morais supostamente discutidos em sala de aula. Além disso, constatamos que o *Escola sem Partido* assume uma postura autoritária em favor de uma corrente política, que despreza o ensino e aprendizagem pluralista e crítica, estimulando a prática da intolerância ao professor.

PALAVRAS-CHAVE: Escola sem Partido. Discurso Intolerante. Neutralidade. Semiótica Discursiva.

ABSTRACT

This article presents a semiotic analysis of the construction of the discourse manifested by the movement School without Party to the teacher. Studies developed within the scope of discursive semiotics revealed that the subject of School without Party manifested an intolerant discourse when imposing that the teacher be neutral in relation to the political, ideological, partisan, religious and moral aspects supposedly discussed in the classroom. In addition, we note that School without Party assumes an authoritarian stance in favor of a political current that despises pluralistic and critical teaching and learning, encouraging the practice of intolerance to the teacher.

KEYWORDS: School without party. Intolerant discourse. Neutrality. Discursive semiotics.

¹ “O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001”.

² Doutor em Letras pelo Programa de Pós-graduação em Letras: Ensino de Língua e Literatura (PPGL) da Universidade Federal do Tocantins (UFT), *Campus* de Araguaína. Membro do GESTO/UFT. E-mail: jonnasplima@hotmail.com.

³ Professora do Programa de Pós-graduação em Letras (PPGL) e do Mestrado Profissional em Letras em Rede Nacional (ProfLetras) da Universidade Federal do Tocantins (UFT), *Campus* de Araguaína. E-mail: luiza.to@uft.ed.br.

1 INTRODUÇÃO

Este texto sintetiza os resultados de uma pesquisa em que tomamos como objeto de estudo o discurso proferido pelo Escola sem Partido (ESP) a figura do professor por meio de diversos gêneros documentais e de suportes de veiculação. A análise teve como referencial norteador os parâmetros teórico-metodológico da semiótica greimasiana, que, por meio dos quais, fomos guiados a uma conclusão de que o sujeito do ESP é difusor de um discurso intolerante, sobretudo, quando defende que o professor tenha que ser neutro em suas manifestações em sala de aula ou fora dela.

O movimento *Escola sem Partido: educação sem doutrinação*, intitulado como uma organização não governamental e sem fins lucrativos, surgiu como reação a uma suposta ou dita doutrinação política, ideológica, religiosa, partidária e de gênero introjetada na mente dos alunos pelos professores, considerados, então, como “doutrinadores esquerdistas”. Ancorado em suposição, o ESP consiste em um movimento liderado pela classe dominante para impor seu modelo de educação às classes subalternas sem medir receio de disseminar a intolerância e impor o medo ou coerção para defender interesses de tal classe. Nessa direção, o ESP pretende controlar o trabalho dos professores para que, com isso, determine os conhecimentos que serão acessados ou negados, bem como os valores e atitudes que serão favorecidos no processo de formação escolar.

O ESP foi fundado em 2004 pelo advogado e ex-procurador do Estado de São Paulo, Miguel Nagib, o qual se autoproclama como coordenador e colaborador do movimento. Inicialmente, esse empreendimento ganhou denominação de movimento, porém, anos depois, tornou-se pessoa jurídica de direito privado, registrado em cartório, com a designação de “Associação *Escola sem Partido*”, sediada em Brasília. Tal movimento foi desenvolvido em *softwares* livres e veiculado, oficialmente, por meio de um *site* e de páginas no *Facebook*, no *Instagram* e no *Twitter* com denominação de Escola sem Partido. Tanto o *site* quanto as páginas oferecem condições de acesso em formas de multimídia e hipertexto, nas quais estão inseridos textos, imagens, desenhos, vídeos e disponibiliza espaços para manifestação de simpatizantes e articulistas do movimento.

Segundo Nagib (2016), a razão que o motivou a fundar o ESP surgiu de um relato de sua filha que, ao chegar da escola, teria dito que seu professor fez uma comparação entre Che Guevara e São Francisco de Assis, com base em relatos de que ambos abandonaram tudo o que tinham em nome de uma ideologia: uma política e a outra religiosa. Sua indignação com a analogia entre um santo católico e um revolucionário comunista o instigou a procurar a escola, tentando, sem nenhum êxito, mobilizar outros pais. Não conformado com a tentativa

malsucedida, Nagib decidiu criar o *site* ESP, baseado em modelos de dois *sites* americanos, *No Indoctrination* e *Campus Watch*, criados para monitorar professores universitários que ministram disciplinas de geopolítica do Oriente Médio, em particular, sobre Israel. O site ESP foi também desenvolvido para receber e divulgar denúncias contra a suposta doutrinação.

Em busca de emancipação institucional, o ESP (2004) estabeleceu, em sua criação, objetivos norteadores de seus propósitos, tais como, dar visibilidade à pretensa “instrumentalização” do ensino para fins políticos, ideológicos e partidários; disponibilizar espaço público para publicação de documentos em formato de textos escritos, imagens e vídeos que tenham as mesmas filiações político-ideológicas da associação; divulgar testemunho de pais ou alunos que se sentirem lesados por “doutrinação em sala de aula” e servir como espaço para oferecer denúncias contra o professor que for autuado, manifestando qualquer ideia que seja considerada como doutrinação. Dessa forma, o escola sem Partido torna-se fundador de uma proposta intolerante que não foi apresentada, nem discutida democraticamente com a sociedade, com as escolas, com os professores e com os alunos e, além disso, não admite o livre ofício do professor, nem tolera formação crítica, ativa, reflexiva e cidadã oferecida pelos professores.

Em função de tais implicações, surgiu a ideia de investigar os impactos ocasionados pelo ESP à escola e, sobretudo, ao professor. O surpresa inicial foi de que o ESP não se amparava de nenhuma base epistemológica reconhecida pela comunidade científica. Desde sua criação, foi projetado para se tornar lei e, conseqüentemente, regimentar ou controlar o estatuto didático-pedagógico da escola. Nesse sentido, a primeira iniciativa do movimento foi a de elaborar anteprojetos de lei para as câmaras municipais, as assembleias legislativas, a Câmara dos deputados e o Senado Federal, com a missão de fazer tal movimento a adquirir força de lei. No período de 2004 a 2012, o movimento teve crescimento moroso, porém, em função das manifestações de 2013, ganhou adesão acelerada em todas as partes do país. Os anteprojetos tiveram, então, significativa aceitação da parte de parlamentares e gestores de visão conservadora.

2 ENCAMINHAMENTOS DA PESQUISA

Com a expansão da proposta, a intolerância manifestada contra o professor, que era aleatória e sem orientação institucional, tornou-se uma prática recorrente e institucionalizada, embora sem autenticidade de lei. Diante de tais implicações, este estudo teve como objetivo explicar como o discurso intolerante é apropriado, classificado e materializa pelo sujeito que o utiliza para sancionar negativamente o sujeito professor. Para definir tal discurso como intolerantes, valemo-nos fundamentalmente das palavras de Barros (2011, p.264), segundo a qual “os discursos intolerantes estão presentes praticamente em todas as esferas de

ação social e, dada a grande variedade de composição e de estilo, podemos classificá-los apenas tematicamente, isto é, pela organização do plano do conteúdo”. Conforme se pode então depreender, isso significa que o discurso intolerante possui invariáveis estruturais identificáveis, que podem ser constatadas por meio de análise que propomos aqui realizar.

Partimos do reconhecimento de que o discurso intolerante endereçado contra o professor tornou-se uma realidade instituída com propósito político e ideológico de controlar o que se pensa, diz e faz na escola, a fim de que a heterogeneidade seja combatida em nome de uma orientação ideológica única, de matriz conservadora e autoritária, que concorre mesmo para a demonização do próprio fazer científico. Com base nisso, esta investigação teve como parâmetro norteador a hipótese de que o discurso intolerante (re)produzido contra o professor cerceia as liberdades de expressão e de cátedra, obriga a autocensura, criminaliza e judicializa o trabalho docente, bem como inibe na condição de produção de pensamento e conhecimento dos sujeitos professor e aluno. Em função disso, a escola se transforma em instituição que visa exclusivamente à manutenção de uma estrutura de poder, mediante reprodução do saber imposto pelos grupos dominantes.

Com base nessa perspectiva, esta pesquisa teve como escopo estudar, a partir do arcabouço teórico-metodológico da semiótica discursiva, o discurso intolerante manifestado pelo ESP. Para Greimas e Courtés, a semiótica é sobretudo uma “teoria da significação. Sua primeira preocupação será, pois, explicitar, sob forma de construção conceptual, as condições da apreensão e da produção do sentido” (GREIMAS; COURTÉS, 1975, p. 415). Para investigar o objeto em questão, foi estabelecido como objetivo geral investigar como o discurso do ESP se efetiva para produzir a intolerância contra o sujeito professor. Tendo em vista que, “os sujeitos intolerantes são sempre apaixonados, seguidores dos valores morais vigentes da sociedade em que estão inseridos” (BARROS, 2011, p. 257).

Com vista a tais objetivos, este estudo se justifica pela necessidade de explicar como o sujeito intolerante do ESP age para construir imagens disforizantes do sujeito professor, para, a partir disso, demonizá-lo e transformá-lo em inimigo da sociedade, da família e dos estudantes, tomando a criticidade como uma ameaçada à ordem que se pretende impor pela força e pelo silenciamento. Para isso, este trabalho busca periciar os percursos temáticos e figurativos que dão forma aos discursos do movimento, o teor passionai dos discursos e a defesa de sanções negativas presentes nos documentos do ESP como instrumentos de veiculação do discurso intolerante. Com base nisso, tal pesquisa tem o propósito de buscar explicações científicas sobre as razões pelas quais determinados grupos ou entidades criaram um movimento comprometido com a disseminação da intolerância contra o trabalho docente e, ao mesmo tempo, contribuir para a desconstrução desse discurso.

Esta pesquisa foi desenvolvida com base à abordagem metodológica predominantemente qualitativa interpretativa e documental-descritiva. Teve como *corpus* apenas documentos, ou seja, é uma pesquisa de natureza documental que se apoiou em diversos gêneros textuais para constituir a regularidade discursiva que caracteriza os discursos e crenças que alimentam as bases do discurso intolerante endereçado à escola. Uma parte do *corpus* utilizado na pesquisa procede de publicações realizadas pelo ESP em *sites* e redes de propriedades do próprio movimento. Outras foram obtidas de *blogs*, jornais, revistas, entrevistas, vídeos, imagens e comentários relacionados a textos sobre demandas do movimento. As análises se orientam para textos que opinam ou defendem ideias a favor e contra o movimento e foram realizadas em diferentes patamares, conforme rege os parâmetros metodológicos da semiótica greimasiana.

O referencial teórico utilizado para fundamentar o estudo do discurso intolerante manifestado pelo ESP foi construído principalmente por trabalhos de Greimas (1975), Greimas e Courtés (1979), Greimas e Fontanille (1993) Fiorin (1988, 1990, 2007b, 2011), Barros (2002, 2005, 2007b, 2011, 2014, 2016a, 2016c, 2019), Bertrand (2003) e Landowski (2002, 2014). Greimas e Courtés contribuem pelos fundamentos da semiótica standard e constituição do percurso gerativo de sentido. De Fiorin interessou-nos suas contribuições para o estudo da enunciação e definição de ideologia aliada ao discurso. Foram fundamentais os trabalhos de Barros que apresenta a configuração do discurso intolerante. Bertrand apoiou-nos com o aporte da figuratividade e da enunciação passional e Landowski subsidiou-nos com as dinâmicas das interações. Assim, como se vê, tal aporte valeu-se majoritariamente da semiótica discursiva desenvolvida por Greimas e seus continuadores.

3 RESISTÊNCIA E CONTRADISCURSO AO ESCOLA SEM PARTIDO

O investimento teórico em pauta, permitiu-nos depreender que o discurso do ESP emerge como efeito dos conflitos entre grupos e das disputas ideológicas que confluem para o âmbito educacional. Sua emergência e relevância decorre do acirramento das contradições motivadas pelas investidas do grande mercado sobre o estado brasileiro para assumir, com mais intensidade, o controle da educação escolar acessada pela camada mais pobre. Grupos conservadores e ultraconservadores, alinhados aos interesses do capital financeiro, ascenderam ao poder, apropriaram-se dos ideais do ESP, enquadraram o professor como doutrinador, estimularam a prática do denunciamento e tornaram-se difusores do discurso intolerante contra o posicionamento ativo do professor. O efeito desse discurso tem ocasionado transtorno na vida dos professores, assim como tem reduzido os vínculos comunicativos entre eles e com a sociedade, influenciando, sobretudo, na desconstrução da carreira docente.

Dessa forma, o ESP, além de se caracterizar como um movimento ultraconservador, não tem conseguido camuflar seu projeto obscurantista que implica em silenciamento, opressão, segregação, triagem, despolitização, ódio e intolerância contra o professor. Para isso, tal movimento tem se valido de um aparelhamento documental, midiático, político-ideológico, moral-religioso e teórico para fundamentar suas ações conservadoras e potencializar suas medidas antidemocráticas projetadas para desqualificar a escola, a universidade e o professor. Isso se torna evidente à medida que se observa que em nenhum documento ou manifestação do ESP inclui a escola, a universidade e o professor como prioridade merecedora de mais investimento e qualificação.

Para resistir ao aparato montado e articulado pelo ESP, organizações e movimentos sociais têm reagido, de forma incisiva, com o propósito de deslegitimar ou mesmo deter as investidas discursivas e práticas empreendidas por tal movimento que, de todas as formas, buscam reconhecimento social e legalidade constitucional. As instituições e movimentos são constituídos pela União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES), União Nacional de Estudantes (UNE), Associação Nacional de Pós-graduandos (ANP), Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), Advocacia Geral da União (AGU), Procuradoria Geral da União (PGR), Supremo Tribunal Federal (STF), Organização das Nações Unidas (ONU), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Professores Contra o *Escola sem Partido* (PCESP), Ministério da Educação e Cultura (MEC), Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC), Projeto de Lei 6005/2015, Projeto de Lei 502/2019 e Moção de Emergência assinada por 150 entidades internacionais. Tal iniciativa coletiva tem como objetivo articular um contradiscurso que enquadre o ESP como um movimento intolerante o qual deve ter sua base de produção de sentido desconstruída.

Em resistência aos discursos expressos pelo ESP, essas organizações e instituições têm se mobilizado com o propósito de restabelecer os sentidos que norteiam a manutenção da ordem democrática, progressista, libertária e tolerante e, ao mesmo tempo, fazendo contraposição aos discursos constitutivos dos sentidos motivadores de medidas antidemocráticas, opressoras, intolerantes que visam cercear o trabalho da escola e amordaçar a voz do professor. Para examinar os efeitos de sentidos produzidos pelo discurso intolerante, bem como pelo contradiscurso foram acionados os nível elementares, narrativos e discursivos do percurso gerativo de sentido para explicar como o sujeito intolerante age para desconstruir a imagem, os valores e a identidade do sujeito professor.

4 PERCRUSO GERATIVO: OS PATAMARES DO SENTIDO

No nível fundamental, a análise foi empreendida sobre as categorias sintáticas e semânticas que congregam a base de oposição dos textos do ESP. Em tal nível, a oposição, a

diferença são pilares de sustentação do discurso intolerante, não qualquer oposição ou diferença, mas aquelas em que traços comuns precisam existir para marcar distinção. No âmbito da análise do nível fundamental constatamos que o ESP pratica intolerância ao professor à medida que identifica e rejeita valores opostos constituídos no trabalho docente. Além disso, a análise revelou que o discurso intolerante é uma construção decorrente da oposição semântica: tolerância *versus* intolerância. Conforme Fiorin (2011, p.23), a sintaxe do nível fundamental é composta pela operação de negação e asserção de premissas (FIORIN, 2011, p.23). Nesse sentido, tolerância e intolerância formam um par indissociável no discurso do ESP.

No nível narrativo, um estado inicial é transformado em estado final. No discurso intolerante manifestado pelo ESP ao professor, o estado inicial compreende a intolerância, a transformação é a negação da intolerância e o estado final se configura como a tolerância reivindicada pelos sujeitos do contradiscurso proferido ao sujeito do ESP. Conforme Fiorin (2011, p.29), os textos são compostos por enunciados complexos de fazer e de ser organizados hierarquicamente. Na sintaxe do nível narrativo, são estruturados na forma, segundo a qual, o autor denomina como sequência canônica, que compreende as fases de manipulação, competência, *performance* e sanção. Neste patamar, o qual examinou a narrativa da intolerância ao professor, houve mobilização das quatro fases do esquema canônico, cuja conclusão revelou que tal narrativa sanciona o professor como um inimigo.

No âmbito da semântica do nível narrativo, são considerados os valores inscritos nos objetos, que podem ser definidos por meio de dois tipos: *os modais*, constituídos pelo querer, pelo dever, pelo saber e pelo poder fazer, que promovem a transformação principal de mudança do estado inicial; e *os objetos de valor*, os quais correspondem à categoria que realiza a mudança para o estado final. Em relação a narrativa da intolerância manifestada pelo ESP ao professor, o objeto modal é, neste caso, a imposição (o poder-impor) da intolerância, uma vez que ela é praticada pelo sujeito do ESP para obter o objeto de valor desejado: a pretensa exigência de neutralidade do professor. Sob forma de engodo, o discurso do ESP esconde sua politização à direita e transforma a escola em palco de disputa atravessada pela ameaça e pela violência, construindo no imaginário a figura do professor como inimigo a ser controlado sob rédea curta.

O nível da sintaxe discursiva caracteriza-se por ser o lugar em que se revelam, pela sua sintaxe, as propriedades da enunciação e, pela sua semântica, os valores que imprimem sentido ao texto. Na sintaxe discursiva, são organizadas as categorias de sujeitos do discurso, o espaço, o tempo, os atores, os temas, bem como as figuras que compõem o discurso. Nos anteprojetos do ESP, por exemplo, o enunciador projeta-se em terceira pessoa, marcado pelo debrante actancial enuncivo “ele” em referência às denominações “a escola”, “o professor”, “o aluno”, “a doutrinação”, “a ideologia” etc., pelo debrante temporal enuncivo “então” sempre marcado pelo tempo futuro “o professor não se aproveitará”, o professor não favorecerá”, “o professor respeitará”, o professor não permitirá” etc. e pelo debrante espacial

enuncivo “alhures” em referência aos lugares “na escola”, “na universidade”, “na sala de aula”, etc. Assim, o discurso intolerante é construído por um sujeito situado no tempo e espaço do distanciamento, viabilizando, assim, a difusão de imposição, cerceamento, hostilização, ameaça, criminalização e sanção ao professor.

No âmbito da semântica discursiva, os valores assumidos pelo sujeito da narrativa são disseminados sob a forma de percursos temáticos e recebem investimentos figurativos. O professor, nesse processo, é figurativizado pelo discurso intolerante proferido pelo ESP, como doutrinador, persuasor, aliciador dos estudantes ao expor temas de cunho político, ideológico, partidário, religioso e de identidade de gênero. Isso nos leva a depreender que o propósito do ESP é, sem dúvida, promover o cerceamento do sujeito professor para impor limites ao seu discurso e a sua práxis, bem como figurativizá-lo como um vilão das cenas ideológicas narradas na escola e na universidade ou como um demônio que induz os estudantes a imoralidade, a descrença religiosa e a prática sexual precoce. Embora defender a extinção da ideologia que norteia os discursos e as práticas dos professores deve ser considerado um devaneio, visto que a ideologia é uma visão de mundo permeada no discurso de cada classe social. Seria inconcebível tentar desideologizar a escola e a universidade, como seria ininteligível tentar mudar a ideologia do professor.

O sujeito do ESP é motivado pela paixão malevolente, a qual rege o discurso intolerante aplicado para rotular o professor como doutrinador e abominá-lo como inimigo, e, ao mesmo tempo, é um sujeito movido pela paixão benevolente aos seus congêneres ou iguais, aos que são destinadores da ideologia conservadora, que defendem uma política de neutralidade do professor em sala de aula, ou em caso mais extremo, que querem o professor amordaçado para não provocar danos ao seus sistemas de valores. Assim, o discurso intolerante é um discurso de sanção negativa aos sujeitos diferentes que não se enquadram aos padrões contratuais ou pactos sociais dos sujeitos que são convencioneados como iguais. Nessa perspectiva, tal discurso opera-se pelo regime da triagem e da segregação.

5 A IMAGEM DO PROFESSOR CONSTRUÍDA PELO DISCURSO DO ESCOLA SEM PARTIDO

A construção da imagem do outro se dá por meio do funcionamento de uma rede de temas e figuras discursivas criadas ou recriadas pelo sujeito que age para (des)figurar a representação do outro. Logicamente, quem detém maior poder político, econômico, científico, cultural e usufrui de influências e privilégios para tematizar ou figurativizar positiva ou negativamente a imagem e/ou discurso do outro a partir de suas filiações ideológicas (FIORIN, 1990). Conforme Greimas e Courtés (1979), a noção de tema refere-se ao revestimento

semântico que recobre as relações entre os actantes do nível narrativo. Tal revestimento se caracteriza por designar elementos que não estão presentes no mundo natural.

Para Fiorin (2011, p. 91), o tema consiste em um investimento semântico, de natureza puramente conceitual que organizam, categorizam, ordenam os elementos do mundo natural, os sentimentos, os comportamentos, atribuindo-lhes um sentido, uma orientação. Um encadeamento de temas denomina-se percurso temático. Conforme Fiorin (2011, p. 74), “percurso temático é um conjunto de lexemas abstratos, que manifesta um tema mais geral. Os percursos temáticos devem manter uma coerência interna”. Quando isso não ocorre, o texto torna-se contraditório. O percurso temático promove “sentido ao figurativo e o nível narrativo ilumina o temático. A tematização pode ser manifestada diretamente, sem a cobertura figurativa. Temos então os textos temáticos. No entanto, não há texto figurativo que não tenha um nível temático subjacente” (FIORIN, 2011, p. 94).

O nível figurativo constitui-se por meio do lexema figurativização ou figuratividade. Figurativizar consiste em trazer uma imagem para representar as experiências vividas. A figuratividade reveste os signos com marcas das lembranças sensoriais, estando assim relacionada com as nossas experiências e a nossa cultura. Segundo Bertrand (2003, p. 154), a figuratividade produz e restitui parcialmente significações análogas às de nossas experiências perceptivas mais concretas e permite tornar sensível a realidade sensível: uma imagem do mundo se delinea, instando tempo, espaço, objetos e valores.

Para a semiótica, o conceito de figuratividade foi estendido a todas as linguagens, tanto verbais quanto não verbais, para designar esta propriedade que as linguagens têm em comum de produzir o efeito de sentido que remete à noção de efeito de realidade. A figuratividade de um texto não remete o enunciatário apenas a uma imagem do mundo, reconhecível como objeto, de um tempo e espaço definidos, que representa de maneira sutil os valores veiculados pelo texto, ela também atribui novos sentidos aos textos, aos objetos e aos sujeitos com finalidade de qualificá-los eufóricamente ou disforicamente e, assim, recriar outras representações para tais unidades de sentidos.

Os textos figurativos criam um efeito de realidade, ao construir um simulacro do real e ao representá-lo. Nessa lógica, ao analisá-los, precisamos descobrir o tema subjacente às figuras, já que o sentido delas depende da concretização de um tema. “A semântica discursiva descreve e explica a conversão dos percursos narrativos em percursos temáticos e seu posterior revestimento figurativo” (BARROS, 2002, p. 113). Para isso, os percursos figurativos devem manter uma coerência interna, para garantir o efeito de sentido, porém, é possível que haja uma quebra de coerência. Para tanto, segundo Pietroforte (2008, p. 60), “por meio da linguagem, a

cena enunciativa é construída e dada a se desenvolver; as figuras do discurso, literário ou não, aparecem sempre em função de temas, com orientações ideológicas próprias, definidas conceitualmente no próprio discurso que as realiza”. No entanto, é no nível dos temas e das figuras que a ideologia se manifesta.

O sujeito, ao usar o seu discurso, além de marcar seu lugar social e temporal, também vem marcado por formações discursivas, uma vez que, por meio delas, ocorre a constituição do sentido e a identificação do sujeito. Os discursos que circulam no espaço social são submetidos à ordem do poder e, por isso, eles não se dissociam da ideologia. Assim, a ideologia é a condição para a constituição do sujeito e dos sentidos. Vale reiterar que umas das formas da concretização do sentido se dá por meio da figurativização e da tematização. Nesse processo, os temas são concretizados em figuras, atribuindo-lhes traços de revestimento sensorial. Por exemplo, na forma visual, o tema doutrinação tem sido figurativizado pelo ESP por meio de imagem em que o professor ou a professora aparece, em sala de aula, sempre trajado de camisa/camiseta ou blusa vermelha.

Os temas disseminam-se, de forma sintagmática ao longo do texto, formando percursos temáticos. São esses percursos que importam ao semioticista, uma vez que são eles que conferem ao texto um ou mais planos de leitura, assim como mostra o texto expresso na figura 1. Tal texto, de autoria desconhecida, encontra-se postado na página do Escola sem Partido, no *Facebook*, por um membro identificado como Pri Azevedo Bacco, seguido de, pelo menos, 50 comentários, os quais acusam o professor de doutrinador, comunista ou marxista, como se o texto representasse um acontecimento real, flagrado em sala de aula. Desses comentários, um exemplo bem representativo foi postado pelo perfil *Marccos Camps*: “É um ciclo vicioso. Alunos são doutrinados, mais tarde viram professores doutrinadores, que mais tarde se torna mais professores, jornalistas, políticos, artistas, etc. doutrinados para doutrinarem mais crianças”.

Para início de análise da figura 1, consideremos a sala de aula como espaço em que se articulam diferentes concepções de ensino-aprendizagem, que traduzem, conforme Landowski (2016) e Silva (2014), diferentes modos de interação. Ao preconizarem o professor como supremo destinador, capaz de manipular de forma indelével a formação da consciência do estudante, podemos pensar que, antes de preconizar o regime de manipulação o que se tem é o da programação (LANDOWSKI, 2014). Vale enfatizar que, o ESP aborda o professor em situação de sujeito programado e programador do fazer escolar, acusa-o de manipulador dos estudantes e, ao mesmo tempo, tenta, de forma coercitiva, reprogramá-lo para atuar como operador de uma suposta educação neutra.

Figura 1: Professor como doutrinador do comunismo



Fonte: <https://www.facebook.com/escolasempartidooficial/posts/532826650201664pe=3&theater>

A figura 1 faz simulação de uma sala de aula, que pode ser apreendida pela figurativização de uma classe tradicional: uma docente de óculos, posta mais ou menos em posição central, postada vertical na cena, ao lado de crianças cabisbaixas e sentadas em fila no plano horizontal. Considerando, já de início, essa perspectiva, a relação semissimbólica (FLOCH, 2001) entre horizontalidade e verticalidade do plano elementar da expressão corresponde no plano do conteúdo à relação de dominação (alunos dominados/doutrinados pelo dominador/professor-doutrinador), que corroboram para a perspectiva ideológica do ESP.

Essa caracterização de doutrinação ideológica se constrói mediante a presença na cena das imagens da foice e do martelo, símbolos da bandeira soviética, como tal já analisados por (BAKHTIN, 2017). Há ali uma transformação em processo: a docente, como destinadora, programa o pensamento dos sujeitos estudantes dispostos numa espécie de linha de montagem, tornando seus pensamentos (conjuntos vazios) em outros planos e apenas comunistas (pelo símbolo de foice e martelo).

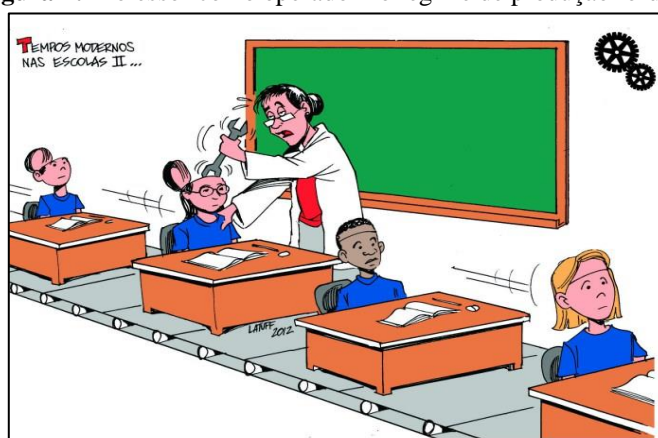
A professora encontra-se vestida de blusa vermelha, o que a associa à cor da bandeira comunista e tradicionalmente presente nos símbolos dos movimentos de esquerda. Nesse sentido, a docente é figurativizada como militante ou simpatizante do comunismo. Além disso, ela é figurativizada como um sujeito que rompe com o contrato social que legitima o professor de direita, de extrema-direita ou aqueles se autoproclamam neutro como sujeito do bem ou parceiro. Enquanto os esquerdistas ou comunistas são considerados como sujeitos do mal ou demônio que merecem ser excluídos ou eliminados.

Na cena, a docente não se configura como mediadora do diálogo ou interação propriamente dita, mas da justaposição, sendo os estudantes objetos de uma linha de montagem, programados para pensar como comunistas pelo ator professor. Cabisbaixos e silentes, alunos

inocentes são manipulados e corrompidos por uma professora que impõe seu pensamento através da doutrinação. Mediante tal representação do fazer pedagógico, o ESP demoniza a figura da professora, considerando-a responsável por um processo de inculcação ideológica para o qual o aluno, destituído de sua condição de sujeito, opera como objeto submetido à dominação extrema ou à programação (LANDOWSKI, 2016).

A charge, intitulada de “Tempos modernos na escola II”, expresso na figura 2, criado por Carlos Latuff, em 2012, tem sido recorrentemente utilizada em artigos jornalísticos e científicos para ilustrar a influência da política neoliberal na educação brasileira. Por meio desse modelo, a escola procura acomodar o sujeito em formação, ao mundo, sem se preocupar em desenvolver nele o espírito crítico, que duvida, investiga, cria e produz. O estudante, o qual tem sua formação intelectual negado por tal paradigma, é formado para se tornar instrumento de produção de mercadorias. Em outros textos, essa mesma charge vem sendo utilizado por articulistas e simpatizantes do ESP para sancionar o professor como doutrinador/manipulador. A leitura, portanto, vai sendo produzida pelos entornos do texto, estabelecendo uma rede de diálogos intertextuais.

Figura 2: Professor como operador no regime de produção fordista



Fonte: LATUFF (2012).

A figura 2 justapõe duas representações, a de uma escola (dada a presença do quadro, professora e alunos) e a da fábrica de modelo de produção fordista, com os alunos seguindo uma linha de montagem, como no filme de Chaplin (a que alude Latuff no título – *Tempos Modernos*⁴). Apresenta uma professora em sala de aula, trajada de jaleco branco e blusa vermelha, ajustando, com uma ferramenta, o interior da cabeça de seus alunos à medida que passam por ela em uma esteira rolante. Articulistas do ESP têm reproduzido esta charge em diversos canais midiáticos como forma de representar o professor como militante de esquerda que aproveita-se da imaturidade ou ingenuidade do estudante para doutriná-lo a seguir suas

⁴ Produção dirigida pelo estadunidense Charlie Chaplin, em 1936.

convicções ideológicas, político-partidárias, morais e religiosas. No texto, “Professores ou doutrinadores”, ilustrado por esta charge, o blogueiro Edson Bahia, articulista do ESP afirma que “hoje está mais do que evidente que a esquerda brasileira dentro da sua metodologia para obter o poder não abre mão de usar a escola como ferramenta de doutrinação e recrutamento de adeptos” (LIMA, 2017).

Assim, o ESP age para naturalizar um discurso de intolerância veiculado por meio de imagens retorcidas do professor para criminalizá-lo e, ao mesmo tempo, figurativizá-lo como um vilão para ser abominado por toda a sociedade. Nesse sentido, Barros (2002, p. 116) destaca que “a figurativização constitui um novo investimento semântico, pela instalação de figuras do conteúdo que se acrescentam, 'recobrando-o', ao *nível* abstrato dos temas”, e, além disso, produz, no texto, um efeito de realidade, visto que faz referência ao mundo natural. Os textos figurativos criam um efeito de sentido de verdade, porque constroem um simulacro da realidade.

6 OS EFEITOS DO DISCURSO INTOLERANTE MANIFESTADO PELO ESCOLA SEM PARTIDO AO PROFESSOR

A discussão sobre o discurso da intolerância iniciou, no Brasil, no final da década de 90 do século passado, por meio das pesquisas empreendidas por Diana Luz Pessoa de Barros (BARROS, 1995, 2002, 2005, 2007b, 2014, 2016a, 2016c, 2019). A semioticista tem mobilizado categorias centrais para o desenvolvimento de seus estudos a partir de duas linhas da semiótica atual, a da sociossemiótica, com os conceitos de *segregação* e *exclusão* desenvolvidos Eric Landowski (2002); e a da semiótica tensiva, principalmente mobilizando os conceitos de *triagem* e *mistura* formulados por Claude Zilberberg (2004, 2006b, 2007).

O regime de *exclusão* visa à negação explícita do outro. A rejeição se despe de qualquer desculpa eufêmica e direciona-se à eliminação das diferenças. Trata-se, pois, de “um gesto explicitamente passional que tende à negação do Outro enquanto tal” (LANDOWSKI, 2002, p. 09). Na *segregação* há uma aversão pelas misturas entre polos considerados distintos, “as atitudes segregativas têm, de fato, por princípio, ficar, se é que se pode falar assim, *menos* disjuntivas do que seria possível em teoria, ou mesmo na prática” (LANDOWSKI, 2002, p. 17). A *segregação* carrega em si, de modo profundo, a dualidade “que tentamos caracterizar entre *impossibilidade de assimilar* – e, portanto, de tratar o Outro realmente “como todo mundo” – e a *recusa de excluir* (LANDOWSKI, 2002, p. 17).

Na semiótica tensiva, Zilberberg (2004, 2006b e 2007) faz distinção de duas dimensões no discurso: a da intensidade ou do sensível, que constitui os estados de alma, e a da extensidade

ou do inteligível, que configura os estados das coisas. A dimensão da intensidade rege a da extensidade, ou seja, o sensível rege o inteligível. Na dimensão da extensidade, a sintaxe opera por *triagem* e *mistura*. A *mistura* opera sobre a *triagem*, aumentando a difusão e a impureza, e a *triagem* desfaz a mistura, agindo em direção à concentração e à pureza. Assim, Zilberberg (2004), ao tratar das operações sintáticas de *triagem* e *mistura*, aponta os limites extremos da *triagem*, em que ocorrem as formas mais violentas de intolerância.

Ao se apropriar dos conceitos de *triagem* e de *mistura* advindos da semiótica tensiva de Zilberberg, bem como dos conceitos de *segregação* e *exclusão* desenvolvidos Eric Landowski, Barros (2009, 2011, 2014, 2016) “organiza uma sintaxe dos discursos de intolerância, compreendendo-se como sintaxe a identificação das regularidades que circunscrevem o modo de funcionamento dos discursos intolerantes” (SILVA, 2017, p. 4). Nesse sentido, um discurso considerado como intolerante é aquele que, de certa forma, manifesta ou estimula a violência, agride os valores e a existência de outrem. Conforme Barros (2011), o discurso intolerante sempre encontra justificativas para suas práticas e discursos. Os conflitos são resultado do modo diferente do outro, da incompatibilidade de suas práticas em relação ao que se acredita ser o certo ou melhor. Os sujeitos intolerantes são sempre apaixonados, adepto dos valores morais vigentes da sociedade ou grupo o qual fazem parte.

Para Barros (2011, p.256), “os discursos intolerantes não configuram um gênero textual ou discursivo”, uma vez que “para conceituar um gênero é vital a estabilidade de composição, de temática e de estilo, no domínio de uma dada esfera de ação (religiosa, midiática, escolar, familiar, profissional etc.)”. Os discursos intolerantes se integram as diversas esferas de ação ou mesmo de todas, e têm composição e estilos também diferentes, que só podem ser classificados tematicamente, isto é, pela organização do plano do conteúdo. Isso significa que “há discursos intolerantes no âmbito da política, da religião, da família, etc. materializados em gêneros diversos”, por exemplo: notícias, sermões, piadas, charges, discursos de campanhas políticas, bate-papo, comentários de leitores em jornais e sítios eletrônicos, bem como de diferentes tipos: “narrativo, descritivo, argumentativo entre outros” (BARROS, 2011, p. 255).

Conforme Barros (2011, p.255), o discurso intolerante pode ser depreendido por meio de quatro tipos de procedimentos de análise, os quais elegemos como ferramentas de análise do discurso proferido pelo ESP: os de organização da narrativa, sobretudo do percurso da sanção; os de constituição dos percursos passionais, com base nos estudos da modalização, da aspectualização e da moralização discursivas; os de elaboração dos temas e das figuras semânticas do discurso, que mais claramente expõem suas determinações ideológicas

inconscientes; os de formação da organização geral do discurso, na perspectiva de sua tensividade. Embora não empregaremos esse último como ferramenta de análise neste texto, em razão de o *corpus* não acionar análise de tal procedimento.

No primeiro, examinamos a organização narrativa dos discursos intolerantes como discursos de sanção, em que o sujeito do ESP sanciona negativamente o destinatário professor por não cumprir o pacto social de ensinar conforme interesses político e ideológico da classe dominante-conservadora. O professor é concebido pelo destinador ESP como um sujeito da resistência que se dedica a ensinar e despertar os estudantes para os saberes progressistas. Em razão disso, o professor deve ser punido, ou até mesmo, eliminado, como narra uma carta anônima, difusora de ameaças, enviada por articulistas do ESP aos professores e estudantes do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco.

A carta expõe a imagem, hostiliza e faz ameaças a uma lista de professores e alunos que, para o destinador, quebram o pacto social que deveria ser cumprido naquela universidade. Nesse sentido, a carta reproduz um discurso de um sujeito que se esconde atrás do anonimato e não assume responsabilidade sobre o que diz. Na perspectiva da organização narrativa, “o discurso intolerante é, sobretudo, um discurso de sanção aos sujeitos considerados como maus cumpridores de certos contratos sociais” (BARROS, 2011, 2014, 2016). Na carta, os sujeitos sancionados foram julgados por terem sido abordados como maus atores sociais: antidemocráticos, comunistas, homossexuais, esquerdistas, doutrinadores, feministas, defensores dos usuários de drogas e ameaça para os bons costumes segundo uma pretensa moral cristã. Por isso, então, receberam como punição ameaças de serem banidos da universidade.

No segundo, analisamos o discurso intolerante motivado pelo medo e ódio ao professor, mediante, principalmente, a falácia de que este é doutrinador por incutir aos estudantes orientação homossexual, marxista, gramscista, freiriano, comunista, socialista, petista, esquerdistas, ateu etc. Diante de tal perspectiva, o sujeito do discurso intolerante age impulsionado pelas paixões do medo e do ódio para conter o trabalho do professor por considerá-lo descumpridor dos pactos sociais que lhe pode ocasionar danos materiais ou morais. Exemplo disso, ocorreu com a professora da Unicamp, Cynthia Neves, ameaçada de morte por um pai de estudante que a acusou de incitar desejos sexuais ao seu filho por meio de textos discutidos em sala de aula.

O ameaçador agiu intolerantemente para conter a professora de sua liberdade de escolher e ensinar os conteúdos da disciplina de Leitura e Produção de Texto Acadêmico II. Movido pelo ódio, ele usa, bruta e cruelmente, como punição, a ameaça de morte contra a docente. Conforme ele advertiu por meio da ligação telefônica, aplicar conteúdos ao seu filho por meio de textos que discutem sobre sexualidade estaria lhe ocasionando danos, tal como a

desmotivação para o estudante continuar cursando a disciplina ou outras perdas não declaradas, relacionadas aos bons costumes ou à moralização social. Para Barros (2019, p. 13), “o ódio resulta da interpretação pelo intolerante de que o sujeito odiado não cumpriu certos contratos sociais e é culpado pelos males que o intolerante e a sociedade de que faz parte sofrem”.

No terceiro, o sujeito professor é submetido à oposição semântica fundamental marcada entre igualdade ou identidade e diferença ou alteridade. Nesse quadro, investigamos o discurso intolerante construído por meio de quatro percursos temáticos e figurativos, os quais tematizam e figurativizam o professor como sujeito animalizado, anormal, doente e imoral. Como exemplo de intolerância por animalização analisamos o caso do professor da Unesp de Bauru (SP), Juarez Xavier, agredido fisicamente, na rua, e chamado de macaco por ser negro e dirigente de movimento negro na universidade. Por anormalidade, averiguamos o fato ocorrido com o professor, Lodemar Schmitt, da cidade Gaspar (SC), que sofreu homofobia de mãe de um estudante quando disputava eleição para direção escolar por ser homossexual. Por caráter doentio, Mariana Justulin, de Bariri (SP), foi reprovada pela junta médica de um concurso público para professor por motivo de sobrepeso. Por imoralidade, o professor de São José da Tapera (AL), Daniel Macedo, foi acusado de estimular imoralidade por desenvolver projeto sobre sexualidade e identidade de gênero. Nessa perspectiva, o sujeito do ESP, destinador do discurso intolerante, valeu-se de temas e figuras para cercear, interromper e ameaçar o sujeito professor por ser portador de diferenças.

Os professores foram tematizados e figurativizados como animais, anormais, doentes imorais e sem éticas por sujeitos ultraconservadores que reivindicam atuação do professor comprometido com a preservação das convicções políticas, ideológicas, morais ou religiosas da família tradicional. Para tais sujeitos é intolerável promover formação escolar, incluindo temas das políticas minoritárias ou temas que confrontam com o pensamento conservador, uma vez que toda legislação educacional, sobretudo, a Lei de Diretrizes e Base (1996) é legitimadora de uma educação democrática formadora de sujeitos críticos, reflexivos, autônomos e inclusiva. Nessa perspectiva, o professor é considerado pelo discurso intolerante como aquele que rompe pactos e acordos sociais para doutrinar os estudantes. Em nome disso, atualiza o preconceito ou o ódio, característica da segregação que pode levar, em última instância, à morte do outro, suprema exclusão.

Destinador de uma pauta obscura, o ESP rompe com o discurso da verdade instituída, o qual figurativiza o professor como um sujeito mediador da formação do cidadão e mestre dos saberes, para legitimar uma verdade construída sob fundamento de um discurso intolerante que busca naturalizar a imagem do professor como de um vilão de todos os contratemplos que ocorrem na percurso de formação das crianças e jovens. Nesse sentido, para Greimas (1976, p.

08) “na época de manipulação em que vivemos, a distância entre a verdade e a certeza, entre o saber e o crer, é particularmente visível”, ou seja, o cético homem contemporâneo deixar-se-ia manipular por discursos políticos, religiosos, ideológicos, publicitários nos quais passa a crer, como uma espécie de refém acrítico. Contudo, essa crença tem bases frágeis, o que a torna efêmera e relativa, porque se pode crer no que o texto diz, porém não se pode saber se o é verdadeiro. Logo, certeza e verdade, são representações de difícil, mas inevitável coexistência (SILVA, 2019).

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao se mobilizar para despolitizar a escola, o ESP impõe uma política inspirada em preceitos neofascistas, motivados pelo sentimento de medo, pela expressão intolerância e do ódio às diferenças, bem como pela articulação de uma atmosfera persecutória tal como as atrocidades praticadas pelo macarthismo americano instaurado na década de 1950. Tal movimento acusava e perseguia pessoas que se identificavam com comunismo. Muitos professores foram perseguidos, demitidos de empregos, outros foram presos por suspeitas de serem comunistas. As escolas públicas foram proibidas de contratar professores suspeitos de serem comunistas e, além do mais, uma das práticas macarthistas era acusar sem periciar. Em pacto com essa herança, o ESP impõe a política da triagem, a que trouxe, ao longo da história, sucessões de golpes e genocídios. Tão mais encontra espaço quanto mais se vale do discurso inflamado calcado no medo do diferente. Traduz, enfim, a imposição monológica, característica de ditadura. Assim, só vale na escola, a política que opera a seu favor.

Na tentativa de impor o regime de neutralidade ao professor por meio de lei, o ESP se configura como um movimento político que se vale da intolerância para desconstruir a identidade, os valores e a imagem do sujeito professor. Para tanto, a implementação de uma ESP impulsiona a impotência do professor, sobretudo, porque tal mecanismo tem, na sua essência, o apreço pelo incentivo à denúncia, delação e repressão no espaço escolar. Dessa forma, ao se mobilizar para implementar um controle ideológico com poder de sancionar a prática docente, esse movimento opta pela ordem de vigiar e punir. Visto que as evidências desse discurso intolerante foram confirmadas por meio de análise semiótica de textos produzidos pelo ESP ou por articulistas e simpatizantes que defendem instauração da proposta desse movimento nas escolas brasileiras.

Na tarefa de justificar seus propósitos, o ESP insiste em sustentar um mito de que a educação escolar tem que ser neutra e, além disso, desconsidera a premissa de que nenhuma forma de conhecimento produzido é neutro ou imparcial. Tal iniciativa ganhou simpatia de

representantes das instâncias legislativas cujo propósito central deles configura-se em defender interesses políticos específicos da classe dominante. Para isso, esses parlamentares querem criar legalidade para censurar e perseguir os professores mais críticos ou militantes de alguma causa, na sequência instaurarem uma escola de pensamento único alinhada à moral e aos bons costumes e, finalmente, retirarem do sistema de ensino todo caráter de questionamento às normas impostas pela sociedade capitalista. Assim, essa bancada avança para conter o potencial ativo de uma juventude mais politizada e mais esclarecida que frequentou ou frequenta a escola e a universidade.

Dessa forma, o movimento ESP busca legitimidade para proibir debates sobre as temáticas que divergem dos ideais políticos de representantes de segmentos que defendem o dogmatismo religioso cristão e tem devoção pela chamada família tradicional brasileira. Como a sala de aula é um espaço de respeito e liberdade, não pode ser confundida com cela de aula: lugar de intimidação e censura de todos os níveis. Nesse sentido, constituir regras para o debate de determinados assunto significa negar diferentes visões de mundo a jovens em pleno exercício de sua formação. Os professores, os estudantes, os pais e as entidades educativas precisam ficar atentas para a necessidade de criar uma rede de enfrentamento a esses ataques a escola e, concomitantemente, contar sempre com o STF para inviabilizar as investidas desse movimento.

No entanto, vale destacar que as categorias semióticas mobilizadas neste texto teve como papel tomar partido em uma pauta política, que tem como objeto de investigação o discurso intolerante construído pelo ESP para rotular o professor de doutrinador e, ao mesmo tempo, exigir que este pratique uma suposta neutralidade ideológica, política, religiosa, partidária e de identidade de gênero em sala de aula. A análise nos revelou que o ESP não só se vale da intolerância para impor ao professor obrigação de ser neutro, como também age de propósito para figurativizar o professor como vilão ou inimigo dos pais e da sociedade em geral e, assim, munir-se de justificativa para desconstruir o modelo de escola e de universidade pública vigente para instaurá-las conforme os interesses aspirados pela classe dominante conservadora, ainda que tal movimento encontra-se sem validade constitucional por determinação do Supremo Tribunal Federal.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais na ciência da linguagem. Trad. Sheila Grilo; Ekaterina Vólkova Américo. São Paulo: Ed. 34, 2017.

BARROS, Diana L. P. de. **Teoria do discurso**: fundamentos semióticos. 3. ed. São Paulo: Humanitas / FLLCH / USP, 2002.

BARROS, Diana L. P. de. A construção discursiva de discursos intolerantes. In: **Preconceito e Intolerância-reflexões linguístico-discursivas**. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2011. p.255-270

BARROS, Diana L. P. de. **A complexidade discursiva na internet**. São Paulo: Cadernos de Semiótica Aplicada, v. 13, n. 2, 2015, p. 13-31

BARROS, Diana L. P. de. Algumas reflexões sobre o papel dos estudos linguísticos e discursivos no ensino/aprendizagem na escola. **Estudos Semióticos** [on-line]. Volume 15. São Paulo, dezembro de 2019. p. 1-14. Disponível em: www.revistas.usp.br/esse. Acesso em: 10 jan. 2020.

BERTRAND, D. **Caminhos da semiótica literária**. Bauru, SP: EdUSC, 2003.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Base da Educação**. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.

ESCOLA SEM PARTIDO. 2004. Disponível em: <https://www.escolasempartido.org/>. Acesso em: 20 jun. 2020

FLOCH, Jean-Marie. **Alguns conceitos fundamentais em semiótica geral**. Trad. Analice Dutra Pilar. São Paulo: CPS, 2001.

FIORIN, José. L. **Elementos de análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2011.

FIORIN, José. L. **Linguagem e ideologia**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1990.

GREIMAS A.; COURTÉS, J. **Dicionário de semiótica**. São Paulo: Cultrix, 1979.

GREIMAS, Algirdas J. **Semiótica do discurso científico: da modalidade**. São Paulo: Difel, 1976.

LANDOWSKI, Eric. **Presenças do outro: ensaios de sociosemiótica**. São Paulo: Perspectiva, 2002.

LANDOWSKI, Eric. **Interações Arriscadas**. Trad. Luiza Helena Oliveira da Silva. São Paulo: Estação das Letras e Cores: Centro de Pesquisas Sociosemióticas, 2014.

LANDOWSKI, Eric. Regimes de sentido e formas de educação. **Revista EntreLetras (Araguaína)**, v. 7, n. 2, p. 8-14, 2016.

LATUFF, Carlos. Tempos modernos na escola II. *Educação em Revista*. Regional 7 (Ilha do Governador). Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <https://educacaoemrevista.wordpress.com/2012/10/27/meritocracia/>. Acesso em: 28 jun. 2020.

LIMA, Edson. Professores ou doutrinadores. *Modesta opinião*. Picos (PI), 6 de outubro de 2017. Disponível em: <http://edsonbahia.blogspot.com/2017/10/professores-ou-doutrinadores.html>. Acesso em: 26 jun. 2020.

NIGIB, Miguel. “Pais devem processar doutrinadores”. **UOL: Educação**, São Paulo, 21 jul. 2016. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2016/07/21/pais-devem-processar->

doutrinadores-diz-idealizador-do-escola-sem-partido.htm. Acesso em: 27 fev. 2020.
Entrevista concedida a Janaina Garcia.

PIETROFORTE, Antônio Vicente. **Tópicos de semiótica**: modelos teóricos e aplicações. São Paulo: Annablume, 2008.147 p.

SILVA, Luiza Helena O. O mundo lá fora, o da escola: interação em fórum digital no estágio supervisionado sob a perspectiva da sociossemiótica. **Raído** (Online), v. 8, p. 227-247, 2014.

SILVA, Luiza Helena O. Análise semiótica de mapas das eleições presidenciais de 2014: fraturas no discurso da identidade nacional. **Revista do GELNE**. v. 19, n. Especial, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/gelne/article/download/12622/9033/>.

SILVA, Luiza Helena O. Interações, leituras e sentidos em tempo de fakenews: desafios para a formação de leitores no contexto escolar. **Estudos Semióticos (USP)**, v. 15, p. 31-45, 2019.

SILVA, Marcos Antônio Tavares da. **Carta**. Campos de Goytacazes (RJ), 20 de março de 2019. Disponível em: <https://www.gbnews.com.br/single-post/2019/03/24/Estado-afasta-professor-por-cao-da-charge-de-Bolsonaro-com-Trump-na-cama>. Acesso em: 4 set. 2019.

ZILBERBERG, Claude. “As condições semióticas da mestiçagem”. In: CAÑIZAL, Eduardo Peñuela; Kati Eliana Aetano (Orgs.). **O olhar à deriva: mídia, significação e cultura**. (Trad. Ivã Carlos Lopes; Luiz Tatit.) São Paulo: Annablume, 2004.

ZILBERBERG, Claude. Síntese da gramática tensiva. Significação – **Revista Brasileira de Semiótica**, n.25. São Paulo: Annablume, 2006.

ZILBERBERG, Claude. Louvando o acontecimento. **Galáxia**. n. 13, p.13-28, junho 2007.